



ALERTA

Mpox volta ao radar da saúde pública

País registrou 88 casos da infecção neste ano, sendo 44 em apenas cinco dias. São Paulo lidera com 63 notificações confirmadas. Apesar do cenário monitorado e nenhuma morte, o governo está reforçando os cuidados à população

» CAETANO YAMAMOTO*

Com 88 casos notificados oficialmente em 2026 pelo Ministério da Saúde, a Mpox voltou a preocupar o governo federal e colocou os estados em alerta. A doença — infecciosa, transmissível e viral — está longe de alcançar o surto de 2022, que registrou 10.613 confirmações e 14 mortes, mas passou a ser monitorada de perto pelas autoridades, que têm transmitido comunicados e orientações à população.

São 88 confirmações de Mpox e dois casos prováveis, além de 171 suspeitos. O número quase dobrou em cinco dias. Em 20 de fevereiro, havia 48 registros, salto de 83%. A idade média de quem contraiu o vírus é de 33 anos, sendo 78% homens cisgêneros. Segundo a Saúde, a maioria dos pacientes teve sintomas classificados como de grau leve a moderado, sem registro de gravidade ou mortes associadas à doença.

O estado de São Paulo lidera os casos do país, com 63 registros, seguido de Rio de Janeiro (15), Rondônia (4), Minas Gerais (3), Rio Grande do Sul (2), Paraná (1) e Distrito Federal (1). A Secretaria de Estado da Saúde de SP comunicou que monitora de forma contínua o cenário epidemiológico da Mpox no estado e mantém articulação permanente com as secretarias municipais de saúde e com a rede assistencial.

Em Rondônia, o governo estadual informou que a vacina contra a Mpox está disponível no Sistema Único de

Saúde (SUS), mas não faz parte do calendário de rotina. O imunizante é aplicado para pessoas com maior risco de exposição ao vírus ou de grupos vulneráveis. O objetivo é reduzir a transmissão e fortalecer a resposta do sistema de saúde diante de casos suspeitos e confirmados.

A Mpox possui uma semelhança acentuada com a catapora, manifestando-se na pele por meio de bolhas ou vesículas contendo líquido, que posteriormente estouram e formam crostas. Esse quadro pode ser acompanhado de dor de cabeça, início de febre acima de 38,5°C, linfonodos inchados, dores musculares e no corpo, dor nas costas e fraqueza profunda.

O tratamento para a Mpox inclui isolamento, pois a transmissão ocorre, principalmente, pelo contato direto com lesões ou secreções de pessoas infectadas. Não há remédio específico para tratar a infecção. O antiviral tecovirimat foi desenvolvido para tratar varíola, mas tem sido testado em casos específicos.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou a importação do medicamento para uso pelo Ministério da Saúde. Embora os testes indiquem segurança, ainda não há comprovação de benefício consistente na redução dos sintomas em quadros leves, que representam a maioria das infecções.

* Estagiário sob a supervisão de Luana Patriolino

Reprodução/ Freepik



Transmitida pelo contato físico, a Mpox causa febre, dores e bolhas por todo o corpo. Foram 88 casos no país em 2026

Três perguntas para

Ed Alves/CB/DA,Press



Draurio Barreira, Médico sanitaria e epidemiologista e diretor do Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde

Como a Mpox chegou ao Brasil?

Veio para o Brasil por meio do trânsito global de mercadorias e do turismo, algo que é inevitável atualmente. Em 2022, enfrentamos um surto com mais de 10 mil casos e 14 óbitos. Atualmente, o número de casos é considerado baixo e dentro do esperado; enquanto nos dois primeiros meses de 2023 tivemos 244 casos, no mesmo período deste ano registramos 88, sem nenhum óbito. Embora a imprensa tenha tratado esses dados com certo

alarde, os números atuais não despertam preocupação excessiva na vigilância sanitária.

O aumento de 44 para 88 casos em cinco dias é normal?

Sim, pois em números absolutos pequenos, qualquer acréscimo gera um percentual de aumento elevado. A passagem de 50 e poucos casos para 88 representa um aumento de 80%, porém isso é absolutamente esperado dentro da média anual. Estamos monitorando o período

pós-carnaval, visto que aglomerações favorecem a transmissão. Contudo, mesmo após uma semana do término das festividades, não observamos o aumento esperado, considerando que o período de incubação varia de três a seis dias, podendo estender-se por até três semanas.

Existe vacina, cura ou um tratamento específico para a doença?

Existe vacina, mas ela não é recomendada para a população geral,

sendo indicada apenas para grupos específicos de imunodeprimidos ou para o bloqueio em pessoas que tiveram contato com o vírus. Quanto ao tratamento, não há um remédio específico eficaz. Os estudos com novos medicamentos mostraram resultados comparáveis ao placebo. Atualmente, o tratamento é de suporte e sintomático, focando em boa alimentação, hidratação e medicamentos para dor e febre, além de tratar possíveis infecções secundárias nas lesões da pele.

VIOLÊNCIA

Colégio Pedro II afasta acusados de estupro coletivo

» LUANA PATRIOLINO

O Colégio Pedro II informou que afastou os três alunos acusados de estupro coletivo contra uma adolescente de 17 anos, ocorrido em um apartamento em Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Eles fazem parte do Campus Humaitá II. Por meio de nota, a reitoria da instituição repudiou a violência e disse que iniciou o processo para a expulsão dos envolvidos.

Os denunciados são Bruno Felipe dos Santos Allegretti e Vitor Hugo Oliveira Simonin, ambos de 18 anos, além de João Gabriel Xavier Bertho e Matheus Veríssimo Zoel Martins, de 19. Três deles estudam no Pedro II. Eles respondem por estupro com concurso de pessoas e são considerados foragidos da Justiça.

"Estamos todos indignados com

o ocorrido e seguimos com os procedimentos para continuidade de processo iniciado pela gestão do campus, em conjunto com a Reitoria e sob orientação da procuradoria federal para desligamento dos estudantes", diz o texto da instituição enviado à comunidade escolar.

O colégio disse que, assim que tomou conhecimento do caso, adotou as medidas cabíveis, incluindo o acolhimento da família da vítima, mantendo o sigilo solicitado pelas autoridades.

"O Colégio Pedro II repudia toda forma de violência. Nossa política institucional afirma e reafirma o combate ao assédio, à violência de gênero e a toda forma de discriminação. Somos uma instituição que educa para o exercício pleno da cidadania. Nosso compromisso pedagógico e político objetiva a formação de

uma juventude capaz de respeitar as diferenças, lutar contra as desigualdades sociais e repudiar a violência. É esse compromisso que nos move todos os dias", ressalta a nota.

A instituição afirmou que não irá toletar a "barbárie brutal da violência de gênero" vivenciada a cada hora no país. "Unidos na indignação, a gestão do campus Humaita II e a Reitoria se solidarizam com todas as mulheres de sua comunidade. Porque a dor de uma de nós é a dor de todas nós. Manteremos ações enérgicas e necessárias diante da urgência da situação e nos disponibilizamos às autoridades legais para o que for necessário."

O caso

A vítima, uma adolescente de 17 anos, disse em depoimento à

polícia que foi convidada por João Gabriel, que era um colega de escola, para ir ao apartamento de um amigo dele, em Copacabana. Ele teria pedido que ela levasse uma amiga, mas, como não conseguiu, foi sozinha. Segundo a menina, eles tiveram um relacionamento entre 2023 e 2024, mas não se encontravam desde então.

Ao chegar ao prédio, o rapaz teria avisado que outros amigos estariam no local e insinuado que fariam "algo diferente". Ela recusou, e eles partiram para a agressão e a violentaram sexualmente. O delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro Ângelo Lajes, responsável pela investigação, afirmou que o crime foi uma "emboscada planejada" e que os envolvidos podem ser condenados a quase 20 anos de prisão.



Câmeras de prédio flagraram acusados entrando em apartamento